



SMS Catalão - GO
Assistente Social (FMS)

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e análise de textos de gêneros diversos	1
Texto verbal e não verbal	2
Elementos de comunicação; níveis e funções da linguagem.....	4
Vícios de linguagem	8
Estrutura gramatical da Língua Portuguesa — fonologia: Sons e letras; Sílabas; Encontros vocálicos; Dígrafos; Encontros consonantais.....	11
Ortografia.....	13
Regras de acentuação	17
Pontuação	20
Morfologia: Estrutura e formação de palavras.....	24
Elementos morfológicos e seus significados.....	25
Classes de palavras variáveis e invariáveis	27
Sintaxe: Frase, oração e período; Tipos de período; Termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios; Período simples e período composto	39
Sintaxe de concordância	48
Sintaxe de colocação	51
Sintaxe de regência.....	53
Questões	57
Gabarito.....	71

MATEMÁTICA

Números naturais e operações fracionárias e decimais.....	1
Expressão numérica e algébrica	9
Conjuntos	14
MMC e MDC.....	20
Razão; Proporção.....	23

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Regra de três	25
Porcentagem	27
Juros simples e juros compostos	29
Equação do 1.º e 2.º graus	32
Progressões	37
Estatística básica	42
Análise combinatória: permutação, arranjos e combinação	51
Probabilidade	56
Medidas de comprimento e superfície; Medidas de volume e capacidade; Medida de massa	59
Noções de lógica	64
Questões	71
Gabarito	78

CONHECIMENTOS GERAIS

Legislação Municipal: Lei Orgânica do Município	1
Estatuto dos Servidores do Município de Catalão	36
Dados estatísticos sobre o município; Evolução histórica do município: Origem; Processo constitutivo; O município e suas transformações; Cotidiano e atualidades nas áreas de economia, educação, política, cultura, esporte, lazer, saúde, meio ambiente e social; Aspectos geográficos do município	36
Cultura, economia, história e geografia do Estado de Goiás	45
Temas atuais de diversas áreas em evidência no mundo e no Brasil: Política; Economia; Sociedade; Cultura; Meio ambiente	70
Questões	164
Gabarito	168

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Fundamentos do Serviço Social: História, princípios e diretrizes do Serviço Social	1
Código de Ética Profissional	2
Projeto ético-político do Serviço Social	10
Instrumentos e técnicas: entrevista, visita domiciliar, estudo social, relatório social e parecer social	12
Política de Saúde: Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e organização; Lei nº 8.080/1990	13
Lei nº 8.142/1990	35

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Decreto nº 7.508/2011	36
Política Nacional de Atenção Básica (PNAB).....	43
Redes de Atenção à Saúde (RAS).....	45
Participação social, conselhos de saúde e conferências; Financiamento da saúde e pactuação interfederativa	46
Atuação do Assistente Social na Saúde: Acolhimento, escuta qualificada e trabalho interdisciplinar; Ação profissional na Atenção Básica, CAPS, vigilância em saúde, unidades especializadas e serviços hospitalares; Matriciamento e apoio às equipes; Intervenção nas situações de vulnerabilidade e risco social; Atendimento a demandas relacionadas a famílias, violências, negligências e vulnerabilidades; Articulação com rede socioassistencial e intersetorial (CRAS, CREAS, escolas, conselhos tutelares e justiça)	48
Saúde Coletiva e Determinantes Sociais: Concepção ampliada de saúde; Determinantes sociais do processo saúde-doença; Promoção da saúde e vigilância de grupos vulneráveis; Indicadores sociais e de saúde	51
Políticas Públicas e Sistema de Garantias: Política de Assistência Social e SUAS	53
Política de Saúde Mental e RAPS.....	60
Política de Atenção à Pessoa com Deficiência	62
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	64
Estatuto do Idoso.....	128
Lei Maria da Penha	148
Direitos da pessoa em sofrimento mental	159
Políticas de proteção social e enfrentamento das desigualdades	161
Gestão, Planejamento e Processos de Trabalho: Gestão do trabalho e territorialização; Elaboração de planos, projetos e relatórios; Processos de regulação, referência e contrarreferência; Registros, notificação compulsória e fluxos de atendimento; Educação permanente e participação em ações coletivas	163
Benefícios e Programas Sociais Relacionados à Saúde: BPC/LOAS; Benefícios eventuais; Programas de transferência de renda; Programas de saúde voltados a gestantes, crianças, idosos e pessoas com deficiência; Acompanhamento de usuários em situação de rua, dependência química e vulnerabilidade extrema	165
Relações Humanas, Ética e Comunicação: Comunicação interpessoal.....	168
Trabalho em equipe multiprofissional	169
Mediação de conflitos	171
Postura ética e sigilo profissional	173
Questões	175
Gabarito.....	181

SUMÁRIO



Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

► Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

► Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

► Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.



CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS ($\mathbb{N}$)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra $\mathbb{N}$ e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

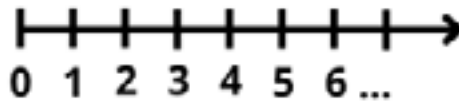
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

▪ $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

▪ $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.

▪ $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.

▪ $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação.



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CATALÃO

(Lei nº 845, de 05 de abril de 1990) Consolidação em 17 de dezembro de 2020 Legislatura 2017/2020

INSTITUI A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

NÓS, REPRESENTANTES DA COMUNIDADE, INVOCANDO A PROTEÇÃO DE DEUS, PROMULGAMOS ESTA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CATALÃO, Estado de Goiás.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PERMANENTES

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO SEÇÃO I

Art. 1º. O MUNICÍPIO DE CATALÃO, em união indissolúvel ao Estado de Goiás e à República Federativa do Brasil, constituído dentro do Estado Democrático de Direito, em esfera de Governo local, objetiva, na sua área territorial e competência, o seu desenvolvimento com a construção de uma comunidade livre, justa e solidária, fundamentada na autonomia, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa e no pluralismo político, exercendo o seu poder por decisão dos munícipes pelos seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Lei ORGÂNICA, da constituição Estadual e da constituição Federal.

Parágrafo Único – A ação municipal desenvolve-se em todo o seu território, sem privilégios de distritos ou bairros, reduzindo as desigualdades regionais e sociais, promovendo o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 2º. São poderes do município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 3º. O Município, objetivando integrar a organização, planejamento e a execução de funções públicas de interesse regional comum pode associar-se aos demais municípios limítrofes.

Parágrafo único – A defesa dos interesses municipalistas fica assegurada por meio de associação ou convênio com outros municípios ou entidades localistas.

Art. 4º. São símbolos do Município o Hino, a Bandeira e o Brasão.

SEÇÃO II

Art. 5º. O Município de Catalão, unidade territorial do Estado de Goiás, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com autonomia política, administrativa e financeira, é organizado e regido pela presente Lei Orgânica, na forma da Constituição Estadual e da Constituição Federal.

§ 1º – O Município tem sua sede na cidade de Catalão.

§ 2º – O Município compõe-se de distritos.

§ 3º – A criação, a organização e a supressão de distritos dependem de Lei Municipal, observada a Legislação Estadual.

§ 4º – Qualquer alteração territorial do Município de Catalão só pode ser feita, na forma da Lei Complementar Estadual, preservando a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, dependendo de consulta prévia às populações diretamente interessadas, mediante plebiscito.



INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL: ORIGENS E CONTEXTO HISTÓRICO

O Serviço Social é uma profissão historicamente situada, nascida das necessidades impostas pela questão social no contexto do capitalismo industrial. Suas raízes remontam ao final do século XIX e início do século XX, especialmente nos países centrais como Inglaterra e Estados Unidos, onde práticas de assistência a populações empobrecidas, como o charity organization movement e os settlement houses, foram os embriões das futuras práticas profissionais.

No Brasil, o Serviço Social foi institucionalizado na década de 1930, em um contexto marcado pela modernização conservadora promovida pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. Nesse momento, a profissão surgiu atrelada à Igreja Católica, com um viés moralizante e de caridade cristã.

A questão social, isto é, as expressões das desigualdades produzidas pelas relações sociais capitalistas, é a base de intervenção do Serviço Social. Desde suas origens, a profissão tem como núcleo de atuação a mediação entre as necessidades sociais da população e as respostas dadas pelo Estado e pela sociedade civil.

O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A trajetória da profissão no Brasil pode ser dividida em três grandes fases:

- **Fase Tradicional (1930-1960):** Forte influência da doutrina social da Igreja, com práticas voltadas à caridade e à moralização dos pobres. O assistente social era visto como um técnico auxiliar da ordem, atuando em favor da manutenção da ordem social.
- **Fase de Renovação (1960-1979):** Marcada pela crítica ao modelo tradicional e pela incorporação de elementos do marxismo à análise social. A partir do golpe civil-militar de 1964, essa renovação ganha força no sentido de entender a questão social como produto das contradições estruturais do capitalismo.
- **Fase da Reconceituação (década de 1980 em diante):** Consolidação de uma perspectiva crítica, com a construção do chamado projeto ético-político profissional, voltado à defesa dos direitos sociais, da cidadania e da justiça social.

Esse processo culmina na aprovação do Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), documento que consolida os princípios que regem a prática profissional até hoje.

PRINCÍPIOS ÉTICO-POLÍTICOS DO SERVIÇO SOCIAL

O atual Código de Ética do Serviço Social, instituído pela Resolução CFESS nº 273/1993, é um marco fundamental na consolidação do projeto ético-político da profissão. Ele define valores que devem orientar a atuação do assistente social, dos quais se destacam:

- Defesa intransigente dos direitos humanos;
- Compromisso com a equidade, justiça social e democracia;
- Respeito à autodeterminação dos sujeitos;
- Combate a todas as formas de preconceito e discriminação;
- Articulação com os movimentos sociais e defesa das lutas emancipatórias.

Esses princípios se opõem frontalmente à lógica neoliberal e às práticas assistencialistas. O Serviço Social não se propõe a ser neutro: sua ética é crítica e comprometida com a transformação social.

DIRETRIZES PROFISSIONAIS: PROJETO ÉTICO-POLÍTICO, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

As diretrizes que orientam a formação e o exercício profissional estão fundamentadas nas deliberações das entidades representativas da categoria — CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), CRESS (Conselhos Regionais) e ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social).